

ENVELHECIMENTO E POLITICAS PUBLICAS TRAJETORIA DAS POLITICAS DE AMPARO AO IDOSO

AUTORES: Ângela Lofiego Sampaio. Professora de enfermagem da Universidade do Estado da Bahia

Alisson de Souza Almeida. Estudante de graduação enfermagem da Universidade do Estado da Bahia

Descritores: Saúde do Idoso, Políticas de Saúde, Enfermagem

Eixo: Políticas públicas e redes de atenção à pessoa idosa

INTRODUÇÃO

A vida nos é ensinada quando somos bem pequenos, como algo dividida, etapas fixas e bem definida, porém a etapa da vida compreendida como “velhice” pode ser devidamente entendida ao observamos além da idade cronológica dos indivíduos nesta fase da vida. Segundo Schneider e Irigaray a idade pode ser vista em vários aspectos, alguns deles são: a biológica, que nada mais é que o tempo que aparenta ter aquele ser vivo em sua perspectiva física, a idade cronológica, este mesmo, que constantemente olhamos no relógio e o por último e não menos importante a idade psicossocial, este por sua vez compreende o individuo que foi formado ao longo do tempo cronológico e as marcas que as experiências vividas deixaram no físico deste mesmo individuo. Tais aspectos do envelhecimento trazem a esta etapa da vida valores distintos em várias partes do mundo, logo é perceptível a ligação entre a concepção dada ao envelhecer e a forma como a sociedade cuida e enfrenta seu envelhecimento. (SCHNEIDER E IRIGARAY, 2006).

O envelhecimento populacional no mundo não é algo novo, porém no ultimo século vem se ampliando com velocidade jamais vista. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS,2015), no mundo existirão até 2050 cerca de dois bilhões de idosos. Com estes dados a OMS iniciou varias campanhas, fomentando o surgimento de mudanças que deverão existir para que a nova conformação da população mundial se estabeleça de forma plena e adequada.

Segundo dados do IBGE(2010) o Brasil terá até 2060, uma população de pelo 58,4 milhões de idosos.

Frente às perspectivas projetadas para o futuro da humanidade, começaram no mundo estudos sobre políticas para idosos e pesquisas médicas que visam ampliar a vida e a saúde. Siqueira (20120) afirma que é possível envelhecer com boa qualidade de vida, e que o mundo deve começar a pensar nas virtudes e capacidades que a maturidade traz, uma vez que o mundo está envelhecendo.

No Brasil as políticas públicas voltadas a questão da seguridade da economia do idoso surgiram inicialmente com o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), este por sua vez é fruto da lei Orgânica de seguridade Social (LOAS). Tal lei é reflexo do que foi dito por Neri(2006), é preciso pensar e criar políticas públicas que tragam benefícios aos idosos, mas que também os mantenham “ativos” dentro do que sua idade lhe permitir, partindo de pensamentos próximos criou-se então, no Brasil, o Estatuto do Idoso.

O Estatuto do idoso passou longos seis anos sendo visto, revisto e votado até que em 2003 foi aprovado e virou lei. No texto deste estatuto refletem-se os paradigmas presentes em nossa sociedade, ao trazer direitos de caráter majoritariamente de proteção, porém o que se percebe é a precarização destes direitos, não é preciso observar muito para perceber tal sucateamento. São muitos os problemas a serem enfrentados, se faz necessário estudar e verificar: as políticas públicas de amparo ao idoso estão seguindo o crescimento vertiginoso de sua população?

OBJETIVOS

GERAL: Analisar a trajetória histórica das políticas públicas voltadas aos idosos.

ESPECÍFICOS: Refletir sobre o papel das Políticas Públicas do ponto de vista social, econômico e familiar;

Analisar os aspectos das políticas brasileiras que contribuam para a qualidade de vida do idoso.

DESCRIÇÃO METODOLOGICA

O presente estudo utiliza como método a revisão documental e sua perspectiva histórica. Segundo Cellard (2008, p. 296) documentos oficiais são: “Declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado” ou “objeto que comprova, elucida, prova ou registre um fato, acontecimento; arquivo de dados gerado por processadores de texto”, em consonância a Cellard, a NBR 6023 conclui que documentos são:

“Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, sem modificações, independentemente do período decorrido desde a primeira publicação.”

Foi realizado uma investigação dos documentos, e leituras a luz dos objetivos deste trabalho. A organização dos dados foi cronológica, propiciando a criação de uma linha histórica. Os documentos investigados foram: cartas oficiais, registros em arquivos públicos, certidões e declarações oficiais.

RESULTADOS ESPERADOS

Através da análise da trajetória das políticas de saúde voltadas para a pessoa idosa, percebemos uma busca na recuperação e manutenção da autonomia e funcionalidade da pessoa idosa. Essa missão encontra-se presente em serviços de referencia do Sistema único de Saúde – SUS. Os demais não conseguem ter essa finalidade, a exemplo dos programas de Saúde da Família. Os centros de referencia procuram medidas coletivas e individuais na busca do envelhecimento ativo.

Refletindo sobre essa política no ponto de vista econômico, compreendemos que vivemos em um país capitalista, e que os recursos econômicos não são devidamente relacionados para a manutenção e financiamento dos serviços de saúde.

Considerando a limitação da funcionalidade da pessoa idosa, e conseqüente dificuldade de locomoção, apresenta-se com um isolamento social, dificultando a efetivação da finalidade da política nacional de saúde da pessoa idosa.

Sendo um grande desafio o envelhecimento populacional nas condições de desigualdade social em um país capitalista, observamos a dificuldade que os serviços apresentam no suporte qualificado para o idoso e seus familiares, no domicílio e ao sair das unidades de internação.

Encontramos também um número insuficiente de equipes de saúde da família, para dar suporte a estes familiares, principalmente em situação de doenças crônicas degenerativas, que necessitam de cuidados especializados.

CONCLUSÃO

Concluímos com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa ainda tem muito a ser implementada, considerando os desafios econômicos, sociais e político em que vivemos. O ideal de envelhecimento ativo, amplamente debatido nas diretrizes dessa política está longe de ser implementado, tendo em vistas o momento histórico em que vive o país

CONTRIBUIÇÕES – IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, representa uma grande importância, na medida em que os graduandos de enfermagem possuem a possibilidade de analisar a trajetória das políticas públicas de saúde para a pessoa idosa, apresentando assim uma realidade de uma parcela da população que cresce rapidamente, e com necessidades específicas.

REFERÊNCIA

Berquó, E., **Algumas Considerações Demográficas Sobre O Envelhecimento Da População No Brasil** – Trabalho Apresentado No Congresso Internacional Sobre Envelhecimento Populacional – Uma Agenda Para O Fim Do Século, Mimeo, Brasília, 1998

Schneider, Irigaray – **O Envelhecimento Na Atualidade: Aspectos Cronológicos, Biológicos, Psicológicos E Sociais-** 2006

<[Http://Www.Scielo.Br/Pdf/Estpsi/V25n4/A13v25n4.Pdf](http://Www.Scielo.Br/Pdf/Estpsi/V25n4/A13v25n4.Pdf)> Acessado Em: 08/03/2017

Dawalib, N. W., Anacleto, G. C., Witter, C., Goulart, R. M., & Aquino, R. C. (2013). **Envelhecimento E Qualidade De Vida:Análise Da Produção Científica Da Scielo.** *Scielo*, 393-403. < <Http://Www.Scielo.Br/Pdf/Estpsi/V30n3/V30n3a09.Pdf>>

Acessado Em 27/01/2017

Siqueira, T. C., & Castro, K. (2012). **Educação Na Terceira Idade.** *Fragmentos De Cultura*, 22, 61-71.

Cellard, A. A Análise Documental. In: Poupart, J. Et Al (Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa:Enfoques Epistemológicos E Metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.